



VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.251, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 6.852, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA ATENDER AS DESPESAS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no art. 19, inciso I, da Lei Municipal nº 6.852, de 27 de dezembro de 2017, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 0920056/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA
Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Ação: 2.174 – Apoio Administrativo ao SEMASA
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.606290/772
Valor: R\$ 110.000,00

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA
Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Ação: 2.175 – Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água (SAA)
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.606290/743
Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA
Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Ação: 2.249 – Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água (SAA)
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.606290/771
Valor: R\$ 950.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de até R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais) será coberto com recurso proveniente de superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 04 de abril de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.252, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 6.852, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA ATENDER AS DESPESAS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no art. 19, inciso II, da Lei Municipal nº 6.852, de 27 de dezembro de 2017, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 0920055/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA
Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Funcional-programática: 4.122.10

Ação: 2.174 – Apoio Administrativo ao SEMASA

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.50/772

Valor: R\$ 222.500,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de provável excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 04 de abril de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.253, DE 06 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como na Lei nº 6.827, de 14 de dezembro de 2017, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 0950031/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, os seguintes membros:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Jacqueline Nadir Rebelo Rosa

Suplente: Leila Lehmkuhl da Silva

Titular: Adriana da Rocha

Suplente: Rudnéia Schuller

II – Representantes do quadro efetivo dos professores da educação básica pública municipal:

Titular: Paulo Sérgio Lesniewski

Suplente: Herlen Geraldo Brito de Menezes

III – Representantes dos diretores das escolas básicas públicas:

Titular: Adriana dos Santos

Suplente: Karla Muriel Severino de Almeida

IV – Representantes do quadro efetivo dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Eliane da Costa Garcia

Suplente: Leila Cristiane Lima

V – Representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal:

Titular: Elaine Cristina Rhenius Francisco

Suplente: Josete Daniela Machado da Silva

Titular: Aline Berlanda

Suplente: Anderson Rodrigues

VI – Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Ana Carolina da Silva Neckel

Suplente: Milene do Amaral

Titular: José Carlos dos Santos

Suplente: Silmara da Silva Brandt

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Cláudio da Silva

Suplente: Marceley Vardanga



VIII – Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Carlos Augusto Pinheiro Silvestre
Suplente: Anadir Terezinha Schneider

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 06 de abril de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

LEI COMPLEMENTAR Nº 330, DE 06 DE ABRIL DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, VISANDO ADEQUAÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL, E ESTABELECE OUTRAS DISPOSIÇÕES.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 24 da Lei Complementar nº 13, de 17 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. O participante aposentado por invalidez e pensionista inválido deverá, sob pena de suspensão do recebimento do respectivo benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo da Junta Médica Oficial, contados da última inspeção médica.

§1º Ficam dispensados da obrigação prevista no caput os participantes e pensionistas após completarem 60 anos de idade, ou após completarem 55 anos de idade e mais de 15 anos de benefício.

§2º A dispensa de que trata o §1º não se aplica quando o exame médico tiver as seguintes finalidades:

I – verificar a qualquer momento a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do próprio participante ou do Instituto de Previdência de Itajaí;

II – subsidiar a qualquer momento uma autoridade judiciária e/ou a administração pública municipal.

§ 3º O participante aposentado por invalidez ou pensionista inválido poderão ser convocados a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a aposentadoria ou a pensão por morte, observado o disposto no art. 110 desta Lei Complementar”.

Art. 2º Com base no texto promulgado pela Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015 e regulamentação aprovada pela Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015, no art. 26 da Lei Complementar nº 13, de 17 de dezembro de 2001, onde se lê: “aposentado aos setenta anos de idade”, passa-se a ler: “aposentado aos 75 (setenta e cinco) anos de idade”.

Art. 3º Com base no texto promulgado pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, fica criado o art. 36-A na Lei Complementar nº 13, de 17 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

“Art. 36-A. O participante que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no art. 21 desta Lei Complementar, terá seus proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, cuja revisão dar-se-á na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, não sendo aplicáveis as disposições constantes do art. 63 desta Lei Complementar.”

Art. 4º No caput do art. 5º da Lei Complementar nº 33, de 17 de dezembro de 2003, onde se lê “a base de quatro unidades fiscais do município de Itajaí”, leia-se “a base de sete unidades fiscais do município de Itajaí”.

Art. 5º Fica o alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 217, de 12 de abril de 2013, – Padrões de Vencimento – faixa de vencimento A - para o cargo de Agente em Atividades Administrativa, do Grupo Funcional, passando a vigorar com o valor inicial de R\$ 2.661,63 (dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos) e para o Técnico Administrativo Previdenciário passando a vigorar com o valor inicial de R\$ 4.094,82 (quatro mil, noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos), com a respectiva recomposição das carreiras.

Art. 6º Para fins de adesão do Instituto de Previdência de Itajaí no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, editado pela Portaria Ministério da Fazenda 577/2017, de 31 de janeiro de 2018, a Lei Complementar nº 217, de 12 de abril de

2013 no seu Anexo V – Manual de Ocupações, quanto ao cargo de Técnico Administrativo Previdenciário e de Agente de Atividades Administrativas, ficam incluídas as seguintes responsabilidades:

- mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS;
- manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS;
- atualização anual da base de dados cadastrais dos servidores ativos efetivos, aposentados e pensionistas.

Art. 7º O art. 6º, caput, e inciso II, da Lei nº 5013, de 20 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Fica autorizada a cedência de servidores efetivos da administração direta municipal de Itajaí, prevista no art. 97 da Lei nº 2960/95, ao Instituto de Previdência de Itajaí, para exercer função de confiança, cargo de provimento em comissão ou para prestação de serviços técnicos ou especializados e para subsidiar financeiramente a gestão previdenciária com as despesas administrativas dos servidores ativos e aposentados custeados pelo regime de caixa (repartição), com todos os direitos e vantagens do cargo, observando-se o seguinte:

(...)

II - o quantitativo de servidores cedidos ao Instituto de Previdência de Itajaí não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) de seu efetivo;”

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 06 de abril de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.247, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 6.852, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no art. 19, inciso I, da Lei Municipal nº 6.852, de 27 de dezembro de 2017, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 0860069/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 4000 – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade orçamentária: 4004 - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
Funcional-programática: 4.122.1
Ação: 2.272 – Apoio a Instituições da Sociedade Civil Organizada
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.20001/678
Valor: R\$ 300.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no Art. 1º será coberto com recurso proveniente de superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 02 de abril de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município